



EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA: ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS

Universidade Federal Fluminense 20 a 24 de Outubro de 2019 Niterói - RJ ISSN 2447-2808

4868 - Pôster - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)

GT13 - Educação Fundamental

AVALIAÇÕES BIMESTRAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO E SUA RELAÇÃO COM O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA

Giselle C. S. Penna Villa - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

AVALIAÇÕES BIMESTRAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO E SUA RELAÇÃO COM O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA

Resumo: Este trabalho propõe-se a investigar as Avaliações Bimestrais da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, tendo por objetivo compreender como essa política se relaciona com o *papel social da escola*. Discutimos esse conceito através de revisão bibliográfica para melhor compreender o modelo de avaliação criado pela secretaria. Realizamos uma pesquisa exploratória das resoluções que oficializam a política para melhor entendermos qual é sua proposta. Como resultado, identificamos que as Avaliações Bimestrais estão comprometidas com o atingimento de metas e resultados, de modo homogeneizador, apropriando-se do papel da escola na sociedade e interferindo na avaliação das aprendizagens das e dos estudantes da rede.

Palavras-chave: Avaliações Bimestrais; Avaliações Externas; Papel Social da Escola.

Introdução

A política pública de Avaliações Bimestrais da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ) foi implementada por meio da Resolução SME Nº 1010, de 04 de março de 2009, início da gestão do ex-prefeito Eduardo Paes e da ex-secretária de Educação Claudia Costin. As avaliações, elaboradas e distribuídas pela SME-RJ, são realizadas nos Ensinos Fundamentais 1 e 2 de todas as escolas públicas da rede. Em seu Art. 2.º, a Resolução 1010 determina que o "nível central da Secretaria Municipal de Educação, enviará às escolas, bimestralmente, provas para serem aplicadas a todos os alunos, visando o acompanhamento de seu processo de aprendizagem" (RIO DE JANEIRO, 2009).

Atualmente, as provas são de Língua Portuguesa-Leitura; Língua Portuguesa-Escrita (Produção Textual); Matemática; e Ciências ou Alfabetização-Escrita, de acordo com o sítio oficial Rioeduca.net (MATEUS FILHO; VASCONCELLOS, 2018). Mesmo desenvolvidas por um órgão externo às escolas, seus resultados são contabilizados no boletim escolar e, embora haja relatos de que a política será modificada em 2019, não há quaisquer resoluções publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Município do Rio de Janeiro até o envio deste trabalho.

Objetivos e Abordagem Teórico-Metodológica

A discussão objetiva relacionar uma concepção de *papel social da escola* crítica e participativa com a política de Avaliações Bimestrais da cidade do Rio de Janeiro. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica de autores com renomada contribuição no campo da Avaliação e da Educação, como Domingos Fernandes, Vera Maria Candau e Paulo Freire. Parte de uma dissertação em andamento, este trabalho inclui uma pesquisa exploratória das regulamentações da SME-RJ que oficializam as Avaliações.

Para apoiar nossos métodos, recorremos à epistemologia de Edgar Morin (2000), cuja teoria se ocupa de investigar a complexidade dos fenômenos que estuda, preconizando que o pensamento complexo é vital para a construção de um paradigma que oriente o pensamento científico contemporâneo na direção das múltiplas dimensões desses fenômenos.

Discussão

Neil Postman (2002) defende que a escola precisa de uma finalidade, pois "sem uma narrativa, a vida não tem sentido. Sem um sentido, a aprendizagem não tem finalidade. Sem finalidade, as escolas são casas de detenção, não de estudo" (p. 15). Segundo Candau (2015a), "entre os objetivos das escolas, um dos considerados básicos, constitutivos da própria configuração da instituição escolar é a formação para a cidadania. Mas o que quer dizer esta expressão hoje?" (p. 61).

Para a autora, "nas sociedades complexas, marcadas por políticas neoliberais e pela centralidade do consumo e do individualismo, a cidadania é muitas vezes orientada à formação de consumidores" (CANDAU, 2015a, p. 61). Assim, "promover uma cidadania ativa, crítica e criativa representa um grande desafio. Mas constitui um componente iniludível na formação de multiplicadores de Direitos Humanos" (CANDAU, 2015b, p. 85).

Segundo Freire (2015), "seria, realmente, uma violência, como de fato é, que os homens, seres históricos e

necessariamente inseridos num movimento de busca, com outros homens, não fossem o sujeito de seu próprio movimento" (p. 104). De acordo com o autor, "este movimento de busca, porém, só se justifica na medida em que se dirige ao *ser mais*, à humanização dos homens" (FREIRE, 2015, p. 104).

Candau (2015) defende o reconhecimento da diferença nos processos educativos, de modo a valorizar minorias sociais, que ainda lutam contra a adequação a padrões hegemônicos. A partir da obra de Freire, entendemos que "favorecer processos de 'empoderamento'", como diz Candau (2015c, p. 91), significa criar oportunidades que viabilizem uma prática de educação libertadora, na qual homens e mulheres têm voz e aprendem a dizer sua palavra.

Em tempo, é relevante pontuar que as características dessas Avaliações incorporam duas diferentes dimensões de avaliação, a interna e a externa. De acordo com Domingos Fernandes (2009), a avaliação interna é aquela de "responsabilidade exclusiva dos professores e das escolas" (p. 43), ao passo que os exames[1] externos "são preparados e controlados por uma ou mais entidades externas à escola a que os alunos pertencem" (p. 118), administrados ou supervisionados pelo governo.

A SME-RJ oficializou essa política sob as seguintes justificativas: 1) "necessidade de explicitar os critérios e indicadores para a avaliação do desempenho acadêmico dos alunos, de forma a facilitar seu acompanhamento, tanto pelos pais e responsáveis, quanto pelos próprios alunos"; e 2) "função da avaliação escolar de possibilitar, especialmente no Conselho de Classe, o repensar da prática docente na busca de ações pedagógicas que auxiliem os discentes na superação de suas dificuldades" (RIO DE JANEIRO, 2009).

Para Fernandes (2009), atingindo proporções de larga escala em certos contextos, as provas externas "são iguais para todos os alunos, administradas segundo procedimentos estandardizados, fora do ambiente normal da sala de aula e realizadas por um grande número de alunos" (p. 118-119). A lógica que determina que a igualdade de resultados é reflexo de igualdade de oportunidades não considera que a primeira não é "uma finalidade apropriada" e reflete um pensamento homogeneizante para grupos que têm "experiências, interesses, motivações, características, qualidades e pontos fortes e fracos muito distintos" (FERNANDES, 2009, p. 130).

A rede municipal carioca submete suas escolas a diversas provas e "instrumentos de consolidação da 'cultura da prova' e do currículo mínimo padronizado, tais como os Cadernos Pedagógicos, os simulados e o Prêmio Anual de Desempenho" (NAZARETH, 2014, p. 15). A SME-RJ chegou a determinar que suas provas tivessem, no boletim escolar, peso dois contra o peso um da avaliação das professoras. Após forte rejeição da comunidade escolar, a medida foi revertida, conforme Resolução SME Nº 1014, de 17 de março de 2009.

A lógica das provas, entretanto, continua conduzindo práticas massificadoras, pois todos os estudantes da rede passam, bimestralmente, pelas mesmas provas, no mesmo dia. O Art. 2.º da Resolução 1123, de 24 de janeiro de 2011, determina que as avaliações sejam expressas, "a cada Conselho de Classe, por meio de um conceito global, definido pela Secretaria Municipal de Educação (SME), o qual determinará, ao final do ano letivo, a aprovação ou reprovação do aluno".

Cabe destacar que "as políticas de avaliação externa apresentam-se como parte importante do projeto educacional neoliberal. No geral, a avaliação externa se diferencia de outros tipos de avaliação, por objetivar o acompanhamento global de redes de ensino e orientação de políticas públicas" (NAZARETH, 2014, p. 15). Assim, é possível afirmar que o procedimento adotado pela secretaria destoa dos objetivos comuns às avaliações externas, uma vez que se envolve com as práticas escolares internamente.

Conclusão

Através de revisão bibliográfica, identificamos que uma perspectiva de educação libertadora, dialógica e ativa disputa as atuais concepções de *papel social da escola*. O que podemos verificar é que a SME-RJ confunde sua responsabilidade de avaliar a rede com avaliar as aprendizagens dos estudantes. A prefeitura da maior rede pública de educação da América Latina apropria-se de funções que cabem às escolas.

Perdem espaço as práticas escolares que valorizam as diferenças em uma tentativa de homogeneização das múltiplas vozes que habitam cada comunidade. As provas aumentam a distorção da seletividade, que já é comum às escolas cariocas, pois transformam as relações tecidas entre estudantes e professoras no cotidiano escolar em treinamentos para avaliações nas quais nenhuma das partes têm qualquer participação ativa.

As Avaliações Bimestrais da SME-RJ direcionam as ações pedagógicas das professoras, enfraquecendo as tomadas de decisão da escola frente ao perfil e às necessidades reais de seus educandos. O papel social da escola é reduzido a resultados de exames e atingimento de metas e, somente em um processo ativo e participativo, a comunidade escolar tem autonomia para adotar as estratégias que melhor lhe cabem.

Referências

CANDAU, Vera Maria. Educação escolar: entre o "sequestro" e a "reinvenção"? In: CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana Beatriz (Orgs.). Educação: temas em debate. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015, p.16-22.

_____. Professor/a: profissão de risco? In: CANDAU, Vera Maria. SACAVINO, Susana Beatriz (Orgs.). *Educação:* Temas em debate. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015a.

| 3/3 . Multiplicadores de direitos humanos: "ideias-força". 2014. In: CANDAU, Vera Maria. SACAVINO, Susana Beatriz (Orgs.). Educação: Temas em debate. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015b. |
|--|
| Nós e os outros: desafios para a educação em direitos humanos. 2002. In: CANDAU, Vera Maria. SACAVINO, Susana Beatriz (Orgs.). <i>Educação</i> : Temas em debate. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015c. |
| FERNANDES, Domingos. Avaliar para aprender: fundamentos, práticas e políticas. São Paulo: Editora UNESP, 2009. |
| FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia do Oprimido</i> . 59ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. |
| MATEUS FILHO, Antonio Augusto Alves; VASCONCELLOS; Maria de Nazareth Machado de Barros. Calendário das provas bimestrais de 2018. <i>Rioeduca.net</i> , Rio de Janeiro, 22 fev. 2018. Disponível em: http://www.rioeduca.net/blog.php? bid=20&&tag=prova>. Acesso em 25 mar. 2019. |
| MORIN, Edgar; MOIGNE, Jean-Louis Le. <i>A inteligência da complexidade</i> . São Paulo: Editora Peirópolis, 2000. |
| NAZARETH, Henrique Dias Gomes. <i>Políticas de avaliação externa na prática escolar:</i> efeitos da política educacional em uma sala de aula da Rede Municipal do Rio de Janeiro. UNIRIO, 2014. 121 páginas. (Dissertação de Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. |
| POSTMAN, Neil. <i>O fim da educação</i> : redefinindo o valor da escola. Tradução: José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro : Graphia, 2002. |
| RIO DE JANEIRO (Município). Resolução SME Nº 1010, de 04 de março de 2009. <i>Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro</i> , Poder Executivo, ano XXII, n. 236, 5 mar. 2009, p. 17. Disponível em: http://doweb.rio.rj.gov.br/portal/visualizacoes/html/576/#e:576 . Acesso em: 08 abr. 2019. |
| Resolução SME Nº 1014, de 17 de março de 2009. <i>Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro</i> , Poder Executivo, ano XXIII, n. 3, 18 mar. 2009, p. 11-12. Disponível em: http://doweb.rio.rj.gov.br/portal/visualizacoes/html/573/#e:573 . Acesso em: 08 abr. 2019. |
| Resolução SME Nº 1123, de 24 de janeiro de 2011. <i>Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro</i> , Poder Executivo, ano XXIV, n. 208, 26 jan. 2011, p. 6-7. Disponível em: http://doweb.rio.rj.gov.br/portal/visualizacoes/html/486/#e:486 . Acesso em: 08 abr. 2019. |

[1] O autor especifica características dos exames após fazer uma breve contextualização histórica das avaliações externas no mundo.